

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.854.774 - SP (2019/0382379-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**

**EMBARGANTE : IRAN FERREIRA DA SILVA**

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUIZ ANTONIO FELIPE FRANCHITO - DEFENSOR PÚBLICO -  
SP308521**

**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos por IRAN FERREIRA DA SILVA contra decisão unipessoal deste Relator que deu provimento ao recurso especial de seu interesse.

Sustenta o embargante que o *decisum* embargado padeceria de omissão, ante a necessidade de enfrentamento da questão atinente à prisão cautelar por excesso de prazo.

Alega que encontra-se preso desde 8.12.2017, sem qualquer título condenatório, o que configura evidente ilegalidade.

Requer o acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanada a omissão apontada e, atribuindo-se efeito modificativo, que o recurso especial seja admitido e provido.

É o relatório.

Nos limites estabelecidos pelo art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade eventualmente existentes no julgado combatido.

Nesse sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA.*

*I - Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão).*

*II - Outrossim, na hipótese dos autos, não há como reconhecer a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva uma vez que, não transcorreu, entre as causas interruptivas, lapso temporal superior a 2 (dois) anos, conforme art. 109, inciso VI, do Código Penal (redação anterior à Lei n. 12.234/2010).*

*Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgRg no AREsp 506.701/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018)*

*PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO INEXISTÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO DESFAVORÁVEL. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Ausente omissão no acórdão embargado quando a matéria é decidida com a devida e clara fundamentação.*

2. Não obstante a sentença penal recorrível interrompa o prazo prescricional para todos os réus, incluindo aqueles que foram absolvidos, o acórdão que procede substancial modificação da sentença deve ser considerado novo marco interruptivo para a prescrição.

3. A superveniência de condenação da embargante em grau recursal, quando do provimento do recurso de apelação do Ministério Público, constitui nova interrupção do prazo prescricional.

4. Os embargos de declaração servem ao saneamento do julgado eivado de um dos vícios previstos no art. 619 do CPP, e não à revisão de decisão de mérito que resultou desfavorável.

5. Embargos rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1328012/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018)

*In casu*, não se verifica que a decisão embargada contenha quaisquer dos vícios que permitem o manejo da insurgência, o que impede o seu acolhimento.

Isso porque foram consignadas expressamente as razões para o provimento do recurso especial.

Cabe ressaltar que a insatisfação visa, em verdade, uma nova análise da matéria vertida no recurso, sob o argumento de que haveria omissão no *decisum* vergastado, o que inócorre na hipótese.

Sob esse prisma, o que se observa é o puro e simples inconformismo do embargante com a solução dada por esta Corte à controvérsia, o que não dá ensejo à oposição de aclaratórios, não havendo falar em vício no julgado.

Ademais, como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise.

Nesse sentido, Guilherme de Souza Nucci esclarece que "*não se configura lacuna na decisão o fato do juiz deixar de comentar argumento levantado pela parte, pois, no contexto geral do julgado, pode estar nítida a sua intenção de rechaçar todos eles*" (Código de Processo Penal Comentado. 9.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 686/687).

Nessa direção (destaques acrescidos):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. AUSÊNCIA DO RÉU PARA REALIZAÇÃO DO EXAME PSIQUIÁTRICO PORQUE ESTAVA PRESO. DEFESA CONSTITUÍDA QUE DESISTIU DA REALIZAÇÃO DO EXAME. ARGUMENTOS APRESENTADOS PELO EMBARGANTE NÃO DEVIDAMENTE APRECIADOS. ALEGADA OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

[...]

*3. Quanto à pretensão defensiva de reconhecimento de omissão no acórdão embargado, sob a alegação de que os argumentos apresentados pelo embargante não foram devidamente apreciados, o julgador não está obrigado a se pronunciar sobre todas as questões levantadas pelas partes, mas apenas as necessárias ao julgamento da causa.*

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 433.693/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. ART. 619 DO CPP. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. ARTS. 182, § 2º, E 564, IV, AMBOS DO CPP E ANÁLISE DE DOCUMENTOS. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA CAUSA. PRECEDENTE. 1. O magistrado deve apresentar as razões que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, apontando fatos, provas, jurisprudência, aspectos inerentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso; porém não está obrigado a se pronunciar, ponto a ponto, sobre todas as teses elencadas pelas partes, desde que haja encontrado razões suficientes para decidir.

2. Não é cabível o rejugamento da causa em sede de embargos de declaração. Precedente.

3. A decisão embargada não se pronunciou sobre a violação dos arts. 182, § 2º, e 564, IV, do Código de Processo Penal, bem como sobre a ausência de análise dos documentos às fls. 441/460, porque no momento processual se discutia apenas aspectos relativos ao conhecimento do recurso, os requisitos de admissibilidade.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 1127961/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

Ante o exposto, verificada a ausência das hipóteses elencadas pelo art. 619 do CPP, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator